



redação de
CAMPEÃO

Aula 02 -
Abstinência sexual como política de
combate à gravidez precoce

Professora Candice Almeida

Professor João Filipe Magnani

contato@redacaodecampeao.com.br; www.redacaodecampeao.com.br

É preciso confiar nos adolescentes

"A gravidez na adolescência continua a ser uma mazela social que afeta especialmente as brasileiras – a média nacional, de 68,4 bebês nascidos para cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, é maior que a média latino-americana (65,5) e mundial (46), segundo dados de 2018 da Organização Mundial da Saúde. Uma gestação nesta idade altera totalmente as perspectivas de vida das jovens, especialmente as mais pobres, sem falar dos riscos para a saúde das próprias gestantes e da possibilidade maior de as crianças crescerem em famílias desagregadas, com todas as consequências socioeconômicas que isso traz.

Encontrar meios de evitar a gravidez na adolescência é política pública importante, mas, quando o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos anunciou que incluiria entre suas estratégias a promoção da abstinência sexual, tornou-se alvo imediato de uma série de ataques nada razoáveis, motivados, muitas vezes, por puro preconceito antirreligioso contra tudo o que venha da ministra Damares Alves, evangélica, ou por convicções ideológicas a respeito das escolhas dos adolescentes.

Por que tanta celeuma quando se fala de incentivar os adolescentes a adiar o início da vida sexual? Do ponto de vista puramente lógico, a eficácia da abstinência é incontestável. Não é preciso ser nenhum gênio da biologia para entender que, sem relação sexual, não pode haver gravidez. Nem mesmo os maiores opositores da política defendida por Damares tentam argumentar contra essa verdade óbvia, preferindo apenas ignorá-la e direcionar o debate para outros pontos. Os críticos apontam para outras questões: faz sentido promover a abstinência na sociedade atual? Para uns, trata-se de estratégia que, mesmo desejável, simplesmente não funciona.

(...) Se o ambiente atual praticamente empurra o adolescente para a atividade sexual precoce, isso quando não o ameaça com o ostracismo social caso não siga a tendência da turma, não há como resistir a essa onda erotizante, afirma-se. Os jovens inevitavelmente se tornarão sexualmente ativos e a sociedade não tem nada mais a fazer a não ser encher suas mãos de contraceptivos para que não engravidem ou não adoeçam.

Esse raciocínio esconde dois equívocos graves, o primeiro deles a respeito da própria natureza do jovem.

Quem critica a defesa da abstinência afirmando que ela “não funciona” trata o jovem como um ser incapaz de ter vontade própria, cegamente obediente aos instintos, não muito mais que um animal reprodutor. Em tempos nos quais “empoderamento” virou uma palavra mágica, nega-se a possibilidade de o adolescente empoderar-se dizendo “não” ao impulso erotizante. Mas isso está muito longe da verdade. Os adolescentes e os jovens, com seu característico idealismo, anseiam por grandes ideais e os abraçam quando são expostos a eles. O respeito pelo parceiro e a compreensão de que o sexo, como expressão fundamental do amor humano entre homem e mulher, exige maturidade não são um idioma incompreensível ao jovem de hoje. Uma vivência sadia da sexualidade, no momento certo, é uma proposta que os adolescentes têm o direito de ouvir, ao contrário do que argumentam aqueles para os quais os jovens não passam de máquinas sexuais sem capacidade de pensar por conta própria.

Além disso, o sucesso de movimentos que usam o slogan “escolhi esperar” e os indicadores de países que adotaram a promoção da abstinência – normalmente, como estratégia contra a epidemia de Aids – mostram justamente o contrário do que dizem os críticos. Isso é tão evidente que só mesmo a cegueira ideológica explica a insistência daqueles que se recusam a enxergar os resultados.

Tanto o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos quanto o Ministério da Saúde já adiantaram que a promoção da abstinência virá como estratégia complementar. Os adolescentes continuarão tendo à disposição os métodos contraceptivos atualmente oferecidos pela rede pública, caso optem por ter relações sexuais. A diferença é que, em vez de serem meros objetos de políticas de redução de danos, agora eles serão tratados também como sujeitos pensantes: ouvirão que há uma alternativa à mera rendição ao ambiente hipersexualizado, e que são capazes de escolher resistir a ele – uma opção que não pode ser negada aos jovens brasileiros."

(Editorial, Gazeta do Povo, 24 jan 2020)

Abstinência não pode ser nossa única nem principal política, diz ministro da Saúde

Responsável pela pasta que irá bancar a propaganda do governo federal de combate à gravidez precoce, o ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde) diverge da colega Damares Alves (Direitos Humanos) sobre qual deve ser o foco da campanha. Para ele, a pregação de que os adolescentes devem pensar duas vezes antes de transar é ineficaz e não pode ser a única política de enfrentamento do problema. Damares tem defendido a abstinência sexual como principal lema da ação.

"A mensagem do comportamento responsável é válida. É uma vida, é o afastamento da escola. Mas não se pode minimizar a discussão e dar ênfase só para isso. É um problema complexo. Tenho apostado muito em informar as consequências, porque

acredito que esse seja um ponto essencial para a conscientização", diz o ministro ao Painei.

Mandetta afirma ainda que questões religiosas não devem pautar a discussão. Documento do ministério de Damares cita como argumento pró-abstinência pesquisas que apontariam a gravidez de jovens como motivos para afastá-los da família e da fé.

"As campanhas falarem sobre isso [iniciação sexual tardia], eu não vejo problema. O que não pode é que essa seja a nossa única política. Não pode ser nem a única, nem a principal." Mandetta tem reunião nesta terça (28) e deve bater o martelo sobre qual será a linha da campanha. A ideia é que ação saia na primeira semana de fevereiro..

(Painei, Folha de S. Paulo, 28 jan 2020)

Abstinência religiosa

Programa para incentivar adiamento da vida sexual não combina com Estado laico

Dentro dos limites legais, todo cidadão é plenamente livre para se submeter às prescrições morais e doutrinárias das religiões que por ventura tenha optado por seguir. Em tais práticas, não cabe ao Estado opinar ou interferir.

Tampouco deve-se esperar da autoridade governamental, em contexto republicano e democrático, que embase políticas estatais em princípios doutrinários desprovidos de sustentação objetiva.

O anúncio de que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos estuda criar um programa público para incentivar jovens a adiar o início da vida sexual aproxima-se perigosamente do entrelaçamento entre religião e Estado, união a ser evitada em sociedades regidas por poderes laicos.

Não há dúvida de que a gravidez precoce é um problema sério no Brasil, onde as taxas em algumas regiões são comparáveis às de países africanos —e representam, em média, mais do que o dobro das verificadas na Europa. Muitos desses casos acarretam dramas psicológicos e sociais, em especial entre os setores mais vulneráveis.

O Estado não deve manter-se passivo diante desse quadro, mas tampouco, em nome de crenças e interesses políticos, enveredar por caminhos que não têm amparo em

estudos científicos. Pesquisas realizadas nos EUA já demonstraram os impactos negativos da abstinência sexual como política pública.

Naquele país, a ideia da privação é alardeada por movimentos tradicionalistas cristãos, que pregam a virgindade antes do matrimônio e rejeitam métodos anticoncepcionais, como o uso de preservativos ou pílulas do dia seguinte. Tais correntes se fortaleceram com a onda conservadora que impulsionou a eleição de Donald Trump.

No Brasil, onde há tendência análoga, um desses grupos, simpático ao plano da ministra Damares Alves, é o Eu Escolhi Esperar, que se designa uma “campanha cristã”. Segundo o movimento, a meta é ressaltar “a importância de viver uma vida em santidade e pureza baseada nas escrituras sagradas”.

É óbvio que se os jovens deixarem de ter relações sexuais até o casamento não haverá gravidez precoce. Há, porém, muitas outras maneiras de se evitar isso.

Como esta **Folha** tem defendido, cabe ao poder público promover campanhas de esclarecimento e facilitar o acesso a meios contraceptivos. A opção pela abstinência é direito de cada um —mas não comportamento a ser prescrito a todos.

(Editorial, Folha de S. Paulo, 12 jan 2020)

ENTREVISTA

Fundador do **Eu Escolhi Esperar**, **Nelson Junior**, de 43 anos, abriu mão do título de pastor porque, há anos, já não fala apenas com o público evangélico. Desde 2011, ele e a mulher **Ângela Cristina**, de 40, estão à frente do projeto que usa as redes sociais para pregar aos jovens cristãos a principal bandeira do casal: sexo só depois do casamento. No governo Bolsonaro, a pauta vive a expectativa de virar política pública.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, pretende estimular a castidade para enfrentar gravidez precoce e DSTs. Como o sr. vê essa possibilidade?

O que me faz me sentir confortável para me alinhar ao que a ministra Damares está propondo é que já existem políticas públicas para todos os outros métodos contraceptivos, menos para a abstinência sexual. Ela fez a iniciativa e eu achei coerente. O desejo dela me parece muito claro: incluir o tema mas, de forma alguma, excluir as outras políticas. Como movimento, queremos mostrar que é possível fazer o trabalho de forma responsável e abordar o direito individual do adolescente. Estou muito seguro que, quando a sociedade entender a proposta, vai ver que não é uma ameaça e, sim, uma solução a mais.

Como política pública, a abstinência pode funcionar?

Se o governo estivesse propondo ensinar somente abstinência sexual, eu seria o primeiro a não concordar. O instituto, como organização da sociedade civil, defende a educação sexual abrangente. Temos uma comissão formada por médicos e pedagogos para reunir comprovações científicas. No que diz respeito à gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis, os melhores resultados são quando a abstinência sexual está somada à prevenção secundária, ou seja todos os outros métodos contraceptivos existentes. Quando especialistas declaram que abstinência sexual não funciona é porque eles se baseiam em estudos científicos feitos em lugares que só abstinência sexual foi implementada. Se a gente fizer políticas públicas só de abstinência sexual, não funciona. Os números provam isso e, mesmo que eu defenda a causa, entra a questão da coerência. No debate, a gente deve estar mais preocupado com a ideologia ou com a saúde do adolescente? Eu estou mais preocupado com a saúde do adolescente. Por outro lado, excluir a abstinência sexual, que é o que os especialistas no Brasil querem, também não funciona. Os índices do Brasil provam isso. A defesa que eu faço é de pluralidade: os diferentes métodos funcionam.

(O ESTADO DE S.PAULO, 24 jan 2020)

Defensoria recomenda ao governo federal não veicular campanha de abstinência sexual

A Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública de São Paulo enviaram recomendação ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para que não veiculem a campanha voltada para adolescentes que prega a abstinência sexual como forma de prevenção. A ministra Damares Alves defendeu a prática como forma de enfrentar gravidez precoce e proliferação de doenças sexualmente transmissíveis no País e quer transformá-la em política pública.

O principal argumento das defensorias é de que pregar a abstinência como política pública para prevenção não tem nenhum suporte científico - pelo contrário, apontam que há diversas pesquisas nacionais e internacionais que demonstraram a ineficiência de campanhas desse tipo em políticas públicas. Elas citam, por exemplo, um artigo

da Society for Adolescent Health and Medicine que reuniu uma série de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, país que tem políticas de abstinência sexual desde 1981, sobre o tema - elas concluíram que a medida não promove mudanças positivas na vida sexual dos jovens, não impedindo nem a gravidez na adolescência, nem a propagação de infecções sexualmente transmissíveis.

As defensorias dizem ainda que a medida traz riscos de desinformação aos jovens ao não privilegiar a adequada orientação quanto ao uso de métodos reconhecidamente eficazes. As defensorias pedem que, em um prazo de 15 dias, seja suspensa a elaboração do Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce para que sejam feitas audiências públicas com especialistas e entidades especializadas no assunto e que a elaboração de políticas públicas sobre o tema



estejam em acordo com Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de se basear em "estudos e evidências científicas".

Além da recomendação, as defensorias solicitaram aos ministérios que apresentem o custo total de produção e divulgação da campanha e quanto isso representa proporcionalmente em relação ao que foi gasto no ano de 2019 e em relação ao quanto se planeja gastar neste ano com os programas de prevenção da gravidez na adolescência.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos disse, em nota, não ter recebido, "até o momento, qualquer recomendação" das defensorias sobre o tema. Disse, porém, que a campanha dos ministérios "não trata de abstinência", mas é uma "campanha de sensibilização com o objetivo de disseminar informações sobre os riscos e as consequências da gravidez na adolescência".

(O ESTADO DE S.PAULO, 31 jan 2020)

MÃOS À OBRA

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema: **"Abstinência sexual como política de combate à gravidez precoce"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Seu texto deve ter entre 07 e 30 linhas escritas.

